



# Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DULIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB – 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Nami Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania  
(e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1993**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Achantando-se ausente o Senhor Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Indicação:**

**I N D I C A Ç Ã O**

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PTB, tenho a honra de indicar o Senhor Deputado Lourenço Fregonese, para a Comissão de Finanças no lugar do Senhor Deputado Ademar Luiz Traiano.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO  
 Líder do PTB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 4188**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 250/93, item 04 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) ERNANI PUDELL

Apoiamento: Doutor Rosinha, Plauto Miró Guimarães, Colombino Grassano e Ovídio Constantino.

**REQUERIMENTO Nº 4156**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**Projeto de Resolução:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/92**

A Assembléia Legislativa do  
 Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Espigão Alto do Iguaçu, desmembrado do Município de Quedas do Iguaçu, com as seguintes divisas:

"Inicia na Barra do Rio das Cobras, com o córrego Três Arroios; seguindo por este último, acima, até encontrar a linha divisória das terras pertencentes a Giacommet Marodin Indústria de Madeira S/A., seguindo por esta até onde cruza o córrego da Erva, seguindo em linha reta e seca até encontrar a Rodovia PR-473 no ponto de divisa das terras da Cooperativa Camilas com o Senhor Abel da Silva, deste seguindo linha reta e seca até encontrar o Rio Campo Novo, subindo por este, acima, até encontrar a estrada de calçamento no sentido Espigão Alto do Iguaçu/Mato Queimado, seguindo por esta estrada até a localidade de Mato Queimado, seguindo a estrada LP.503 passando pela localidade da linha Alto do Mato Queimado até encontrar o Rio Guarani, seguindo este, acima, até encontrar as divisas das terras pertencentes aos índios do Posto do Rio das Cobras, seguindo por esta divisa até encontrar o Rio União, seguindo por este, abaixo, até a Barra do Rio das Cobras, seguindo por este, abaixo, até encontrar o ponto de partida, no córrego Três Arroios."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando

revogada a Resolução nº 11 de 13.09.93.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de resolução tem como finalidade precípua atender a solicitação dos moradores do Distrito de Espigão Alto, em Quedas do Iguaçu, bem como compatibilizar os limites e confrontações de acordo com manifestação das autoridades políticas representativas do município.

A documentação anexada ao presente, não deixa qualquer dúvida quanto a sua oportunidade e legitimidade.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 631/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a doar o imóvel onde funcionava o antigo Posto de Saúde do Município de Paranacity, construído em terreno pertencente àquela Prefeitura Municipal, na data de terra nº 20, quadra 116, situado à Rua Pedro Paulo Valério, naquele município, para a Prefeitura Municipal de Paranacity.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Prefeitura Municipal de Paranacity, visando maior agilidade no atendimento da população do município, centralizou todo o atendimento médico-ambulatorial do município no Núcleo Integrado de Saúde - NIS II, no prédio do antigo hospital da cidade, o que muito facilitou o atendimento, agilizando-o e melhorando-o de forma eficaz.

Em consequência desta centralização, o local onde o Posto de Saúde do Município funcionava, ficou desocupado, tornando-se ocioso.

Objetivando dar continuidade ao projeto de agilização e melhoria do sistema, a prefeitura solicita a doação do imóvel, atualmente ocioso para ali instalar a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, o que muito virá contribuir para a eficácia do atendimento à população de Paranacity.

PROJETO DE LEI Nº 632/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI do Município de Marialva, com sede no mesmo município, à

Rua Rotary, s/nº.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Marialva/Pr, a exemplo de suas congêneres espalhadas por todo nosso Estado, vem desenvolvendo relevantes trabalhos junto às crianças carentes daquele município, através de diversas atividades junto a elas e suas famílias, como orientação, educação, esclarecimentos, além de alimentação para as crianças, doação de gêneros alimentícios, cursos profissionalizantes, Clube de Mães, etc.

A documentação acostada demonstra a magnitude e dignidade dos trabalhos desenvolvidos, razão pela qual solicitamos o apoio dos colegas na aprovação do projeto de lei que ora propomos.

PROJETO DE LEI Nº 633/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor de Londrina-Pr, localizado à Rua Flor dos Alpes, s/nº, Parque Ouro Branco, naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro Ouro Branco de Assistência ao Menor vem desenvolvendo importante trabalho na área social, junto às crianças carentes do Bairro Parque Ouro Branco do Município de Londrina.

As atividades diárias desenvolvidas no local são complementares da educação recebida em seus lares, além de ali serem fornecidas refeições e princípios de escolaridade.

Certamente, reconhecer a Utilidade Pública de tal instituição, será reconhecer a importância e nobreza do trabalho desenvolvido por esta entidade.

PROJETO DE LEI Nº 634/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica denominada Prefeito Mário Ceni, a rodovia BR-158, no trecho ligando o trevo da PR-281 que liga Chopinzinho a São João, ao trevo da BR-277 que liga Guarapuava a Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Mário Ceni nasceu em Bento Gonçalves ao dia 13 de agosto de 1937, é filho de Diozolina e Faustino Ceni, casado com Zélide M. Ceni. Teve 10 filhos: Diva, Benito, Lourdes, Ilário, Terezinha, Anita, Elio, Enio, Alcimar e Neli. Ilário é Vereador pela 2.<sup>a</sup> vez e Enio, Prefeito Municipal de Chopinzinho.

Mário Ceni iniciou sua vida profissional na lavoura, aos 22 anos. Seu pai lhe deu a responsabilidade de gerenciar uma madeireira de propriedade da família.

Em 1952, com 37 anos, já com família constituída, chega a Chopinzinho, na época cerca de 800 habitantes. Instalaram o 1.<sup>o</sup> moinho de trigo, depois a 1.<sup>a</sup> serraria para beneficiamento de madeira no município. Durante o período de 1952 a 1959, a família Ceni, preocupada com o desenvolvimento da pequena cidade resolveu investir no comércio implantando assim, o 1.<sup>o</sup> posto de gasolina e loja de autopeças.

Paralelo às atividades profissionais, Mário Ceni ainda dedicava grande parte de seu tempo na organização da sociedade, foi sócio-fundador do Clube 29 de Junho, do Grêmio Esportivo Caramuru, 1.<sup>o</sup> presidente do Sindicato Rural, sócio-fundador do Chopinzinho Clube de Campo e CTG. Foi um dos principais articuladores para a emancipação político-administrativa do município em 1955. Participou dos momentos decisivos que determinaram o rumo da história de Chopinzinho. Destacou-se pela solidariedade aos movimentos reivindicatórios da coletividade e respeito de seus cidadãos. Aceitou o desafio à candidatura ao cargo majoritário e foi eleito o 1.<sup>o</sup> prefeito deste município, em novembro de 1955. Em 1963 foi novamente prefeito de Chopinzinho. Também em 1959, foi eleito vereador.

A grandiosidade do herói, segundo suas próprias palavras, reside exatamente na lealdade, na humanidade e, acima de tudo, na consciência que faz do derrotado um vitorioso, e do vitorioso o amigo que acolhe, protege e cura as feridas do vencido.

Mário Ceni é um exemplo autêntico desta afirmativa pela sua íntima ligação com os episódios que fixaram o curso de história de Chopinzinho, a 400 quilômetros da Capital do Estado do Paraná, do qual foi o principal protagonista do projeto que arquitetou, e que por certo suas sementes deixadas, germinarão por todas as gerações vindouras.

Por tudo isso, nada mais justo que prestarmos essa justa homenagem a esse grande homem, falecido em setembro do corrente ano.

Curitiba, terça, em 26.10.93.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Médico Psiquiatra Dr. José Elias Aiex - ex-Presidente da Associação Médica do Paraná, num período bastante conturbado, não da Associação mas sim da Secretaria Estadual de Saúde, era funcionário da Prefeitura de Foz do Iguaçu. O Dr. Aiex, médico concursado daquela prefeitura, na semana passada foi demitido daquele emprego público, daquele trabalho público que ele exercia. As razões da demissão, no nosso entender, só pode ter sido uma única, a de que Aiex filiou-se recentemente ao Partido dos Trabalhadores. José Elias Aiex - Médico Psiquiatra que denunciou - em vários momentos - a corrupção que existia na Secretaria Estadual de Saúde, que foi militante e candidato pelo PSDB a Deputado. No início deste ano solicitou filiação ao Partido dos Trabalhadores e foi aceito no nosso Partido, com grande honra pelo seu passado íntegro e honesto. E, como trabalhador que é, foi aceito nas fileiras do PT. Exercendo o seu cargo de médico naquela cidade e, diga-se de passagem, em memorando recebido pelo mesmo e assinado pelo Secretário de Saúde daquele município, mostra que era o único médico se não um dos únicos que cumpria seu expediente integral no local de trabalho, os demais são relapsos e os demais não têm cumprido o seu tempo integral. No entanto, os demais continuam mantendo seu emprego e Aiex foi demitido.

Não há nenhuma causa que demonstre a necessidade de demissão de Aiex. Um profissional competente, um profissional que não foi envolvido, em nenhum momento, em qualquer questão de denúncia de corrupção ou de irregularidade, mesmo no período em que exerceu o cargo de Secretário de Saúde daquele município. Portanto não tem outra razão para o prefeito daquela cidade, o ex-Deputado Dobrandino de demitir Aiex do seu serviço. E mais, tal demissão não poderia se concretizar porque Aiex é dirigente do Sindicato dos Médicos e de acordo com a legislação vigente em nosso País, todo dirigente sindical tem estabilidade de emprego. Mas é justamente tudo o que se coloca como de direito do trabalhador é desrespeitado pelos nossos governantes e pelos patrões. E, neste caso, Aiex foi vítima de mais uma injustiça em nosso Estado.

Isso me faz lembrar de quando eu era Médico da Prefeitura de Araucária, fui demitido sob o mesmo argumento: de que fazia trabalho político e que no linguajar dos chefes da Prefeitura de Foz do Iguaçu, diz que faz politicagem. E eu quero dizer que

essa palavra, esse termo politicagem é pejorativo no ato de exercer uma militância política e é feita geralmente por alguns prefeitos do nosso Estado no momento em que começam a perseguir trabalhadores e funcionários públicos.

E é justamente isto o que está ocorrendo naquela prefeitura.

Sei que há perseguição ao Aiex por ele ter-se filiado ao PT, porque, recentemente, recebi um convite daquela administração - através de FAX - convidando-me para proferir palestra naquele município, uma palestra sobre Controle Social na Área de Saúde, isto, durante a realização da Conferência Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu. Fiquei no aguardo e continuo aguardando até hoje a confirmação do convite, pois a Prefeitura após ter formulado um convite oficial recuou, voltou atrás, simplesmente por este Parlamentar ser do Partido dos Trabalhadores. Não foi, em nenhum momento, questionada a competência técnica e conhecimento político sobre legislação na área de saúde.

Então, aquela administração, quando nós esperávamos que tivesse acabado este tipo de prática, a da perseguição política e ideológica por ser um militante partidário, independente de que Partido for, continuou sendo executada na prática... E o mais triste é que isto é administrado e colocado em prática por um ex-Deputado Estadual que conosco conviveu aqui neste Parlamento que é o ex-Deputado Dobrandino.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em 15 de junho deste ano trouxe à apreciação deste Plenário o que era o início de articulação mais ampla de grupos econômicos do Estado interessados na aquisição de ações de que são titulares municípios paranaenses junto à COPEL.

Dizíamos já naquela época que esta era uma ação articulada, e isto foi objeto de notícias em órgãos de grande circulação no Estado do Paraná; e de que as corretoras estavam logrando obter a aquisição de ações de que são titulares municípios paranaenses por valores inferiores a 5% do valor patrimonial das ações da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná.

Dizíamos que, a compra articulada destas ações em diversas regiões e junto a vários municípios, integrava um projeto mais geral de fazer preparar a privatização do setor elétrico brasileiro. E que o anúncio pelo Governo Federal como também a tramitação no Senado da República de Pro-

jeto de Lei de concessões, que objetiva regulamentar o setor de energia, saneamento, comunicações e outros, iria fazer valorizar estas ações. E como noticiávamos, estas ações estavam sendo adquiridas junto a diversos municípios por valores em média não superiores a 5% do valor patrimonial das ações da COPEL.

Em função desta manifestação nossa passamos a ter em nossos gabinetes lideranças parlamentares municipais de diversos municípios como também os Senhores Prefeitos, buscando informações mais densas que pudessem propiciar a comercialização em condições adequadas ao interesse público e ao interesse de cada um dos municípios.

Requeremos também em 29 de junho informações a COPEL e essas informações restaram atendidas em 22 de julho por meio de expediente próprio da lavra do Chefe da Casa Civil, dando conta que cerca de 39 municípios, naquela data, já haviam procedido a venda das ações de que eram titulares junto à COPEL.

Também nos informava a Casa Civil, traduzindo informação oriunda da COPEL, o valor patrimonial, como também o contábil, e o demercado das ações da COPEL.

À vista, Senhor Presidente, Senhores Deputados, das informações trazidas pela COPEL, com base em informações colhidas junto a diversos municípios do Estado do Paraná, estamos ingressando hoje à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná com representação nos seguintes termos:

(Lê)

"Senhor Procurador-Geral,

Requeiro a Vossa Excelência a instauração de inquérito civil público, na forma prevista no art. 129, inciso III da Constituição Federal, destinado a apurar prejuízos sofridos por municípios paranaenses em procedimentos de venda de ações da COPEL.

Para instrução inicial do referido inquérito, encaminho a Vossa Excelência informações obtidas junto à Presidência da COPEL, por meio de requerimento próprio desta Casa, e de reportagens relativas à matéria objeto da presente representação.

Decorre dos documentos juntados que, em 31.12.1992, o valor patrimonial das ações da COPEL equivalia a 108.362,14 UFIR's por lote de 100 ações e que as ações vêm sendo comercializadas pelos municípios a preços marcadamente inferiores.

Considere-se ainda que o atual valor patrimonial da COPEL está defasado, sendo hoje objeto de reavaliação por ordem expressa do Governador do Estado. Logo, os prejuízos serão tanto mais expressivos quanto maior for a defasagem entre o valor atual e o valor real patrimonial das ações

da COPEL.

Desde já, contudo, tem-se como certo real e efetivo prejuízo dos municípios que procederam a venda das ações de que eram titulares junto à COPEL, independentemente de nova avaliação, já que a previsão de melhora nas cotações de mercado confirmou-se integralmente (como antecipávamos por meio de reportagens publicadas em jornais de ampla circulação no Estado).

Acrescente-se, também, em favor da instauração do necessário inquérito público, há indícios veementes de que as operações de venda levadas a termo pelos municípios foram articuladas e estimuladas por corretoras interessadas no setor.

No aguardo de urgentes providências, protesto estima.

Cordialmente,

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA  
Deputado Estadual"

Ao Excelentíssimo Senhor  
LUIZ CARLOS DELÁZARI,  
DD. Procurador-Geral da Justiça  
Nesta Capital.

É a comunicação e são os termos da Representação encaminhada à Procuradoria-Geral de Justiça para a necessária instauração de inquérito civil público visando à responsabilização dos agentes que deram perda aos erários municipais.

É a comunicação, Senhor Presidente.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Deputado Orlando Pessuti; Senhores Deputados.

A vida pública é generosa em nos oferecer oportunidades que marcam, definitivamente, a nossa existência e a nossa luta no sentido de melhorar as condições de vida da nossa população.

Venho, Senhor Presidente, do Oeste e do Sudoeste do Paraná, regiões que produzem 25% da produção nacional, regiões que têm um povo trabalhador, bom, um povo que orgulha muito esse Estado e, por que não dizer, esse País.

Pessoas da nossa região tem-se destacado politicamente. Tivemos naquela região políticos que envergaram cargos os mais relevantes neste Estado e que deixaram uma marca positiva registrada na história do Paraná e do Brasil.

Hoje, quero falar aqui, Senhor Presidente, de uma pessoa que não é política, mas que tem feito um trabalho extraordinário, em favor não só do oeste do Paraná e do sudoeste, mas também do povo sofrido,

trabalhador deste Estado. Uma pessoa que nunca disputou cargo político, que nunca esteve pedindo votos para si própria, mas que tem, de forma incansável, forte, lutado em favor do apoio dos políticos. Refiro-me, aqui, à esposa do nosso Vice-Governador, Dona Marlene Pereira. Mulher que desde o início da vida pública do nosso vice-Governador, tem-se destacado de forma veemente, no sentido de buscar melhoria das condições de vida da população que exige, e que precisa do apoio e da ação dos homens públicos.

Dona Marlene, como carinhosamente é conhecida por todos, não se furta e não se cansa de lutar, de pensar e de buscar atender às pessoas que procuram e precisam do seu trabalho.

Lá na região oeste, acompanhando o então Deputado Mário Pereira, ficou e deixou por todos os municípios por onde passou, a marca de uma mulher humilde, de uma mulher companheira, que luta no dia-a-dia, na defesa intransigente dos interesses da população.

Agora, Senhor Presidente, como esposa do nosso vice-Governador, como vice-Presidenta do Programa do Voluntariado Paranaense, não tem sido outra a sua marca, de um trabalho abnegado, apaixonado, em favor do povo humilde do Paraná.

Dona Marlene Pereira, conhecida carinhosamente não só pelos políticos da nossa região, como por toda a população, em função da sua luta, da sua posição, dedicada, carinhosa, em favor do nosso povo, tenho um prazer muito grande em conhecer esta pessoa maravilhosa, esta pessoa que engrandece os homens e as mulheres públicas deste Estado, que em que pese nunca ter disputado eleição, ter disputado o voto do povo, tem feito um trabalho generoso, grandioso e que sem sombra de dúvidas ficará marcado na história do nosso Estado.

É justo, é digno e é merecedora, esta mulher, gaúcha de nascimento, mas que adotou o Paraná como seu Estado de coração, e que tem feito este trabalho apaixonado, fantástico, em favor do povo do Paraná, e sobretudo em favor do oeste do Estado. Sem remuneração, sem salário, apenas pelo amor à causa pública, pelo amor de trabalhar para melhorar as condições de vida de um povo que precisa da ação dos homens e das mulheres públicas.

Por isso, Sr. Presidente, venho hoje à Tribuna, para ressaltar a grandiosidade da alma e da pessoa da Dona Marlene Pereira, que merece não só este registro como as maiores homenagens que o nosso Estado poderia prestar a uma pessoa, a um vulto, pelo seu trabalho dedicado em favor do nosso povo sofrido e que precisa da ação generosa, abnegada de todos nós, para melhorar e para buscar as melhorias de con-

dições de vida que o nosso povo precisa e que espera que todos façamos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, este País precisa de ciência, precisa de tecnologia. Esta afirmação vem sendo ouvida diariamente.

Este País precisa de ciência, precisa de tecnologia. Essa afirmação vem sendo ouvida, diariamente, por milhões de brasileiros, sobremaneira através da televisão, por meio dos oportuníssimos comerciais institucionais concebidos e assinados pela SBPO. Fundação Roberto Marinho e Fundação Banco do Brasil.

O alerta sobre a importância da ciência e tecnologia vem vinculado à denúncia da situação de miséria e abandono a que está relegada grande parte da população brasileira. Essa iniciativa é da maior relevância, por mostrar com clareza a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico-social e cultural do Brasil.

Poucos, na verdade, são os que hoje conhecem o alcance social da pesquisa científica e tecnológica. Lamentavelmente, inclusive, alguns governantes não compreendem essa importância, ou não consideram quando da gestão de recursos públicos.

É igualmente lamentável que muitos Estados brasileiros, como o Paraná, ainda não tenham regulamentado o dispositivo constitucional que faculta a vinculação de parcela da receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica".

A propósito, ainda em matéria publicada no dia de ontem, o vice-Presidente da Associação Paranaense das Empresas de Biotecnologia, Solano Araújo, dizia: "Precisa definir logo uma política de Ciência tecnológica e Desenvolvimento Industrial. "O Paraná precisa definir esta política. Ele diz que acha que a falta de estímulo, sobretudo investimentos no setor, pode comprometer algumas iniciativas adotadas que até o momento se encontram desarticuladas no meio universitário e institutos.

Outra consequência seria a perda de muitos profissionais qualificados que demanda outros Estados, como São Paulo e até para o exterior.

No Paraná estão sediadas 25 empresas praticando a biotecnologia moderna, nos setores da saúde humana e animal, alimentação, combustíveis e aditivos industriais, metalurgia e agropecuária. Mas há outras 85 dedicadas a setores de bebidas fermentadas e áreas onde a produção e pes-

quisa são mais facilitadas. Por enquanto a Associação aglutina 14 empresas de biotecnologia e outras atividades da chamada biotecnologia moderna, conforme explica o Presidente, estão ainda a produção de vacinas e cultura e tecidos e com organismos degenerados (?), fármacos, a partir de organismos em corpos, transplantes de células, terapia genética, todos dirigidos à saúde do homem.

E lamentavelmente o que é que nós vemos no Estado do Paraná; um dos poucos Estados do Brasil que ainda não se interessou na questão da ciência e da tecnologia.

Aqui desta Tribuna e aqui deste Plenário eu e a Deputada Emilia Belinati, tentamos, lutamos para aprovação no Plenário do artigo 205 da Constituição Estadual que trata do CONCITEC, Conselho da Ciência e da Tecnologia. Conversamos e os Srs. Parlamentares foram sensíveis e aprovamos essa regulamentação.

Lamentavelmente o Governo do Estado vetou o projeto. Vetou o projeto da criação do Conselho que estabelece, está estabelecido, é norma da Constituição Federal a criação do CONCITEC.

Em que pese o Veto do Governador a esta regulamentação da nossa Carta Magna, que esta Casa, sensível foi com sua regulamentação do artigo 205, continuamos a discutir o assunto. Nem eu, nem a Deputada Emilia Belinati paramos, continuamos quinzenalmente, ou mensalmente, reunidos com a comunidade científica no sentido de encontrar uma saída para a regulamentação do artigo 205.

Por isto, quando peço para que esta Casa aprove um requerimento de minha autoria, que congratula-se com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Fundação Roberto Marinho e Fundação Banco do Brasil, por iniciativa da vinculação de comerciais institucionais que chamam os governos do País, especialmente o nosso, para a importância da Ciência e Tecnologia, queremos aqui dizer que a Deputada Emilia Belinati e eu, e por conseguinte, esta Assembléia, não paramos ainda. Vamos continuar lutando e mostrando que é necessária a regulamentação do artigo 205 que trata da criação do CONCITEC. O Governo precisa respeitar o que diz a nossa Carta Magna.

Vamos criar aqui na Assembléia a Comissão Interna da Ciência e Tecnologia, porque é preciso que esta Casa se aprofunde neste campo, porque o Paraná está comprometido, se não houver um trabalho mais profundo na área de Ciência e Tecnologia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No



Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Srs. Servidores desta Casa, imprensa falada, escrita, televisionada, Srs. Deputados.

Quarenta anos de Petrobrás. A Petrobrás é a prova irrefutável de que o petróleo não fala apenas o idioma castelhano, ou espanhol. Como na Venezuela, como no Peru, como na Argentina, por exemplo. Daí as nossas homenagens a Monteiro Lobato.

Srs. Deputados, neste ano de 1993 a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS - comemora 40 anos de existência e profícua atividade em todo o território nacional.

No Paraná, a PETROBRÁS instalou-se, pela primeira vez, nos idos de 50, na Cidade de Ponta Grossa, através do órgão Distrito de Exploração do Sul - DESUL, com a finalidade de fazer as prospecções na Bacia Sedimentar do Paraná, uma das mais auspiciosas de nosso País.

Posteriormente, em 1967, instalou-se no Paraná a Superintendência da Industrialização do Xisto - SIX, na Cidade de São Mateus do Sul, tendo por objetivo a produção de óleo a partir das ricas reservas do xisto pirobetuminoso em nosso Estado. A SIX é hoje detentora de tecnologia única no mundo, no tocante à industrialização do xisto.

Na década de 70, o Paraná foi mais uma vez agraciado, quando a PETROBRÁS resolveu construir a Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, sita no Município de Araucária. A Refinaria é a maior indústria do Estado, maior contribuinte de ICMS e maior consumidora de energia elétrica. Obteve em setembro o 1º lugar no Prêmio FIEP de Qualidade e Produtividade, destacando-se entre a indústrias do Paraná.

Junto com a construção da Refinaria, o nosso Estado foi, mais uma vez beneficiado com cinco outros empreendimentos de vulto:

- a construção do Oleoduto Araucária - São Francisco do Sul;
- a construção do Oleoduto Araucária - Paranaguá;
- a construção do Terminal de Paranaguá;
- a construção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, recentemente privatizada contra expressa manifestação de todos os paranaenses;
- a construção do "Pool" das Distribuidoras de combustíveis, em Araucária.

Mais recentemente a PETROBRÁS agradeceu o Paraná com novos empreendimentos, em especial a criação do Núcleo de Exploração da Bacia do Paraná - NEXPAR, com a finalidade, dentre todas, de dar continuidade à

exploração das fabulosas reservas de gás natural e petróleo em nossa costa marítima.

É certo que está em construção mais um oleoduto ligando Araucária-Itajaí-Florianópolis, bem como é promissora a hipótese de recebermos gás natural da Bolívia.

Aí está, portanto, Srs. Parlamentares um pequeno resumo da indiscutível importância econômico-social da Petrobrás aqui no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. passa a falar no horário do PSDB.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, estou concluindo, peço um minuto.

Assim, Srs. Parlamentares, requeremos à Presidência desta Casa, a cessão do Plenário desta Assembléia Legislativa para uma Sessão solene no próximo dia 10, no horário das 9 ao meio-dia, para homenagearmos e vermos a realidade palpitante da nossa PETROBRÁS, principalmente aqui no nosso queridíssimo Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, a palavra está concedida ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa, a presença do Prefeito de Prudentópolis, Sr. Markiano Antonio, do Prefeito de Inácio Martins, Eugênio Lazepa, de Imbituva - Nelson Fenger e de Rebouças, João Toledo, acompanhados do engenheiro de Prudentópolis Dr. Dagoberto Waydzik e do assessor do Prefeito Markiano, Nei Martins. Também, com muita honra, a presença, acompanhando os Srs. Prefeitos, do Padre Nilo Korczagin de Prudentópolis, que muito nos honra com a sua presença nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registradas.

A palavra está com o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mês de outubro do ano de 1897 aconteceu em nosso País um fato que merece ser lembrado e é isto que quero me reportar nesta tarde antes de findar o mês de outubro, e este fato traz uma história importante para nosso País.

"A partir do ano de 1850 começaram a acontecer muitas mudanças no Brasil. O café se transformou no principal produto de nossa economia. E se destinava à exportação. As lavouras de cana-de-açúcar e do algodão, mantidas com trabalho escravo, entraram em decadência.



Começou a florescer um amplo comércio financiado pela lavoura do café. As cidades começaram a crescer rapidamente. Abriam-se bancos e comércios. Implantaram-se linhas de trem.

Começou a surgir uma indústria nacional para substituir os produtos importados da indústria inglesa que dominava o mercado brasileiro. Entre 1890 e 1895 surgiram 425 novas fábricas. Até 1890 havia somente 50.

Essas mudanças trouxeram o surgimento de novas categorias e classes sociais.

Havia muita pressão contra o regime de escravidão. E o próprio Imperador se preparava para mudar, por isso, criou a primeira Lei de Terras em 1850, dizendo que "somente poderia ser proprietário de terras, quem as comprasse do Imperador", pois todas as terras do Brasil pertenciam à Coroa. Desta forma, os negros que deixavam de ser escravos, não poderiam ter suas próprias terras e se obrigavam a trabalhar como empregados, por salário. Custando menos, aos novos patrões, do que como escravos.

O País era governado pela Monarquia, Dom Pedro II e sua turma. A Monarquia se sustentava no regime de escravidão e no apoio dos Coronéis, proprietários de engenhos de açúcar e concessionários das terras que o Imperador lhes passava em grandes extensões, por todo o País.

Mas as novas categorias sociais da cidade e sobretudo, setores do Exército, pressionavam contra a escravatura e propunham um Regime Republicano.

Tudo isso ganhou força com o fim da escravidão oficial em 1888. E resultou no golpe militar em 1889, que derrubou o Imperador e implantou a República.

Assumiu o Governo, Marechal Deodoro da Fonseca.

O Governo da Monarquia, nunca se preocupou em resolver os problemas da população pobre. E muito menos da população do nordeste. A grande maioria da população vivia no meio rural e trabalhava como camponeses, mas não por conta própria. Viviam quase como servos permanentes dos "coronéis", dos "senhores" que cediam o local de moradia em troca do seu trabalho.

Com a Lei de Terras de 1850 e a implantação da República, muitos coronéis transformaram-se então, em proprietários das terras. Deixando de ser apenas concessionários da vontade do Imperador.

Mas a República não modificou a estrutura da propriedade da posse da terra. E muito menos modificou a estrutura de classes. Continuou tudo igual. Mudou apenas o grupo da elite que passou a mandar no poder central. No interior, o Coronel continuava senhor absoluto de tudo. A terra continuava nas mãos de uma minoria de Co-

ronéis. E a imensidão de trabalhadores se obrigava a trabalhar para eles em condições subumanas, ou emigrar sem destino para outras regiões.

No Nordeste pior ainda. A ampla maioria da população continuava vivendo na área rural, as plantações de cana-de-açúcar, com seus exércitos de mão-de-obra não qualificada, continuavam produzindo para a exportação e o "coronel" continuava dominando tudo nos municípios.

A região do sertão com as frequentes secas dificultava ainda mais a vida da população. O povo sem terra era obrigado a cuidar do gado do seu "senhor" e plantar roças para ele. Neste contexto aparece a figura de Antônio Conselheiro. E com ele a comunidade de CANUDOS. Surgiu em 1893, localizada no sertão da Bahia.

O que no início parecia só um movimento religioso, transformou-se com o correr dos acontecimentos, num movimento de protesto social e político. Conselheiro não preocupava somente com o aspecto religioso, mas também com a sobrevivência material da população, organizando uma sociedade igualitária.

A organização de Canudos foi uma forma concreta dos camponeses super-explorados, fugirem de seus patrões e organizarem livres, uma vida nova. Foi um exemplo, uma saída para todos os camponeses.

A história de Canudos tem seu idealizador na figura de Antônio Conselheiro. Conselheiro nasceu no sertão do Ceará, em 1828, na cidade de Quixeramobim. Aí se criou. Desde a juventude percebeu as injustiças praticadas no sertão contra o povo pobre. A própria família de Conselheiro foi vítima de uma dessas lutas entre coronéis. Teve grande interesse pelos estudos. Herdou do pai valiosos conhecimentos sobre construção civil. Chegou a ser advogado popular. Como advogado, na prática defendendo os mais explorados, descobriu o quanto a Justiça era manobrada pelos coronéis. E quem tentasse defender os oprimidos era preso, perseguido, condenado. Mas isso não intimidou Conselheiro. Ao contrário, ele percebeu que era preciso dedicar sua vida a uma causa grande, a causa do povo humilde.

Iniciou uma nova fase de sua vida, peregrinando pelo Nordeste. Ia do sertão ao mar, do mar ao sertão. Quando se tornou bem conhecido, o povo humilde deu-lhe o nome de Conselheiro. Porque era um homem justo e aconselhava as massas camponesas a se organizarem na conquista de melhores dias.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, viveu na própria pele o sofrimento que abatia os irmãos nordestinos. Esse sofrimento acendeu nele uma paixão muito grande pela libertação do povo. Nas

suas peregrinações de 20 anos, por onde passava, deixava marcas da sua fé e do seu compromisso com os camponeses construía açudes, capelas e cemitérios. Não tinha ambição pessoal nem juntou riquezas para si. O seu futuro era o bem-estar dos camponeses do Nordeste que até hoje, após séculos, continuam sendo explorados e massacrados pela indústria da seca, pelos coronéis usineiros e pelos latifúndios do Nordeste.

Há cada lugar que fundava os seus discípulos o acompanhavam. Era um verdadeiro conselheiro do povo explorado e sofrido do sertão e que estavam no momento acorrentados pelos coronéis e perseguidos pelo Estado.

Surge, então, a comunidade da Libertação de Canudos.

Em 1983 foi iniciada a formação da cidade comunitária de Canudos. Os camponeses descobriram na pregação de Conselheiro um chamado para mudar a situação e um apelo para construir uma comunidade sem exploradores e explorados, onde a vontade do povo fosse respeitada. Chegavam a Canudos, famílias de camponeses ex-escravos fugitivos indígenas e sertanejos que fugiram do sofrimento e da exploração.

No sertão todas as leis eram injustas, a lei era o senhor latifundiário. A lei do latifúndio era criar riqueza e privilégio para o coronel e político, misérias e injustiças para os trabalhadores e camponeses. As terras, os açudes, a pecuária e todos os bens produzidos eram controlados pelos fazendeiros e políticos. Os camponeses tratados como servos da casa do seu senhor. A custa da calamidade e do sofrimento do povo (seca, doença, etc.), os coronéis da terra aumentavam seus privilégios e as suas riquezas.

Em Canudos tudo era comunitário. Todos tinham trabalho e a produção era distribuída entre todos. Foi a resposta da organização camponesa, ao projeto de fome e miséria dos coronéis latifundiários.

Provavelmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se não houvesse sido feito o massacre dos Canudos, o Nordeste brasileiro seria outro hoje, sem dúvida nenhuma.

Canudos era um oásis no deserto da fome brasileira. Ali não havia miséria de espécie alguma. Era a prova de que o sonho era possível no meio do povo camponês, desde que o povo se organizasse e que a seca e miséria tinha solução.

Os latifundiários ameaçam e perseguem Antônio Conselheiro. Tinham medo de perder a mão-de-obra barata e temiam a linguagem aberta de suas pregações de libertação do povo explorado do Nordeste. Explicava muito claro aos camponeses a situação social que ali se colocava para eles.

A Cidade de Canudos tornou-se uma ca-

pital econômica tendo sido o coro de cabra, um produto de exportação, o mais importante produto de exportação à época na Bahia.

Canudos se revela pela vontade daquele povo de libertar da opressão dos coronéis e latifundiários do Nordeste.

No dia 18 de junho de 1897, os generais confessam a sua derrota depois de várias tentativas, uma em 1896 quando cem soldados tentaram desmanchar a cidade de Canudos e não conseguiram. A segunda tentativa em 12 de janeiro de 1897 se organiza a segunda expedição para destruir Canudos. Agora com mais de 500 soldados e armamento pesado: dois canhões, metralhadoras, e não conseguem.

A terceira expedição acontece com 1300 soldados, no dia 2 de março de 1897. Também derrotada.

Agora, o orgulho dos militares está definitivamente ferido. Para manter a guerra contra Canudos, espalham o terror e espalham que Canudos, não fosse extinto, os monarquistas voltariam ao poder, no Brasil. Chama-se batalhões do exército do Rio Grande do Sul, do Pará, Minas Gerais, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Capital do Rio de Janeiro, mas tudo repellido pela organização dos camponeses organizados na Cidade de Canudos. E a derrota acontece mais uma vez, no mês de julho, no dia 18 de julho.

A quinta expedição, com mais de 30 batalhões do exército de todo o País, acontece com mais de 5 mil homens. E aí, então, massacra-se a população da cidade de Canudos, com mais de 25 mil pessoas. Apenas 300 pessoas, entre mulheres, crianças, velhos e feridos sobram com vida, no final do massacre, e se entregam aos generais de guerra. Mesmo assim, são degolados e massacrados e assassinados, todos.

Esta História, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deve permanecer registrada em nossos anais e na História Brasileira.

A elite latifundiária, lamentavelmente, e o Exército Brasileiro festejam, ainda hoje, esta guerra covarde como um grande ato de heroísmo do exército brasileiro. Até hoje nos quartéis de Recife é festejado o dia da vitória em Canudos, como dia de festa especial, com pronunciamentos e minutos de memória, em homenagem aos heróis.

Não se homenageia 25 mil trabalhadores camponeses que queriam se libertar da escravidão e da fome e se comemora um massacre com mais de 300 mulheres e crianças massacradas, depois de terem sido entregues aos generais.

O que resta desta história e concluindo o meu raciocínio e meu pronunciamento, neste mês de outubro, o que representa esta história para o povo brasileiro, os

historiadores que estudam a História de Canudos escrevem, como escritor Eduardo Muniz, na História Brasileira. Diz ele que "Lutando contra o latifúndio e desafiando a Monarquia e a República, derrotando o Exército várias vezes, Antônio Conselheiro e os trabalhadores rurais, os ex-escravos, à frente dos camponeses, insubmissos, tornam-se a figura mais destacada dos que lutam defendem, entre nós, a revolução agrária".

Diz o escritor que "o Brasil deve um monumento a Antônio Conselheiro". E segundo o escritor Euclides da Cunha, depois de esboçar a História de Canudos no livro Os Sertões, diz: "Canudos não se rendeu, ele representa uma marca histórica do nosso Brasil. Canudos representa esta história, porque renasceu na esperança de cada camponês explorado, de cada trabalhador rural que renasce depois das lutas do Contestado, em Santa Catarina. Renasceu na luta permanente pela terra, que hoje ainda se trama, em nosso País. Durante estes cem anos, renasceu na organização das Ligas Camponesas, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra".

"Hoje, mais do que nunca, os milhões de camponeses, trabalhadores rurais, povo do meio rural e trabalhadores que lutam nas cidades, lutam ainda convencidos de que a luta de Canudos valeu a pena e serve de ânimo e de ideal".

"Até que o sonho do povo trabalhador de Canudos se realize que se dividam as terras, que se realize reforma agrária e que se organize uma sociedade mais justa e igualitária, no Brasil", nós continuamos lutando por isto.

Por isto é que milhares e milhares de trabalhadores vindos do País inteiro fizeram uma romaria até a Cidade de Canudos, na Bahia, neste último final de semana, para registrar, mais uma vez, esta história brasileira, e que muitas vezes é esquecida e lembrada nos estilos dos exércitos que combateram aquele povo que queria se libertar da escravidão e da fome do nordeste, por este século afora.

Era isto, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente a palavra é concedida ao Deputado Djalma de Almeida César, por 30 minutos.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero dizer da minha gratidão a Deus por ter me dado força e muita serenidade nestes últimos dias.

Ocupo há 11 anos uma das cadeiras des-

ta Casa, sempre procurei honrar com dignidade o mandato que o povo me confiou nas eleições de 82, 86 e 1990. Com a eleição e posse do Governador Roberto Requião - que eu ajudei a eleger - fui convidado para responder pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. Ali permaneci de 15 de março de 91 a 1º de junho de 92, portanto fiquei naquela Secretaria apenas 14 meses e 15 dias. Não fiz milagres, é bem verdade, mas realizei, fiz aquilo que foi possível fazer do início da administração Roberto Requião. Tenho a consciência tranquila do dever cumprido. Trabalhei adoidadamente, muitas vezes em prejuízo da própria saúde. Entrei e saí pela porta da frente. Não fiz política no exercício da função.

Ao entregar o cargo para o atual Secretário - Deputado Durval Amaral, fui agraciado com um largo e rasgado elogio público por parte do Governador Roberto Requião. Deixei a Secretaria há 17 meses, portanto há quase um ano e meio. Por ter me apegado muito às coisas daquela Secretaria, aos problemas sociais e às dificuldades do ser humano, por ocasião da minha saída, não me despedi de ninguém e tampouco voltei lá até a data de hoje.

Mas, a minha lisura no trato da coisa pública, o meu trabalho e o meu amor em favor da criança, o meu carinho pelos mais idosos, pelos deficientes físicos e mentais, pelos cegos, surdos e mudos, a minha preocupação pelos trabalhadores desempregados, pelos artesãos, pelos nossos irmãos mais pobres, enfim, a minha vontade em contribuir para com a prática da justiça social, tudo isso, tudo isso, Senhores Deputados, tudo isso ficou lá para posterior julgamento, a disposição de todos.

Foi uma grande alegria que eu vivi nessa condição de Secretário do Trabalho e da Ação Social. Mas, agora, uma tristeza, uma frustração, uma repulsa, uma revolta. Na última quarta-feira estive em Brasília, a pedido do Deputado Presidente desta Casa - Orlando Pessuti - representando este Poder para acompanhar o início dos trabalhos da Revisão Constitucional.

Enquanto isso, no mesmo dia - vinte de outubro agora - em entrevista que concedeu à Rádio Clube Ponta-grossense, falando por telefone da própria Secretaria, e a seu pedido, o Sr. Secretário de Segurança do Estado, Sr. Moacir Favetti, de forma inexplicável, injusta, maldosa, difamatória, injuriosa, covarde e traiçoeiramente, descarregou o verbo contra este Parlamentar, usando um palavreado baixo e rasteiro. Mas por que isto aconteceu? Eu também não sei responder!

Talvez porque o Sr. Favetti, nobres Senhores, na condição de Secretário da área não vem pagando, Deputado Zuk, desde

janeiro de 1993, há dez meses portanto, os alugueis de uma casa residencial de um imóvel localizado no bairro de Olaria em Ponta Grossa, onde está hoje, caro Deputado Carlos Martins, a Casa do Menor Irmão do Futuro, instalada, inaugurada neste mês de agosto passado com a presença do Governador Roberto Requião. Foi um projeto do atual Secretário Durval Amaral.

Para a implantação desta Casa que dá atendimento à criança e ao adolescente em situação difícil foi celebrado, Deputado Algaci Túlio, um convênio entre a Prefeitura de Ponta Grossa que entra com a comida, com a alimentação dos menores ali recolhidos. A Secretaria do Trabalho e da Ação Social ficou responsável pelo pagamento dos funcionários em número de 15 mais ou menos.

E, notem Srs. Deputados, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, dirigida pelo Sr. José Moacir Favetti, assinando igualmente esse convênio, ficou responsável pelo pagamento do aluguel do imóvel. Por quê? Porque a Secretaria de Segurança Pública já era e é locatária deste imóvel desde os tempos do Governo Álvaro Dias, Deputado Dirceu Manfrinato, desde os tempos do Dr. Renato Ortoloni e Noronha.

Esta casa, no passado desde os tempos do Governo Álvaro Dias, abrigou a Delegacia de Proteção ao Menor e a Delegacia Antitóxicos. Ela ficou ociosa por muito tempo, possivelmente nestes últimos dois anos. Não foi utilizada nos últimos 24 meses. Ficou fechada, portanto, desde o início deste Governo, do Governo Roberto Requião.

Agora, recentemente, na metade deste ano, foi feito este convênio, e a partir de agosto último está funcionando, portanto, a Casa Irmão do Futuro. Um projeto do Deputado e atual Secretário Durval Amaral.

Mas como o locador, um homem adoentado, que passou por várias cirurgias, que teve despesas médico-hospitalares, mas como este locador do imóvel desde o Governo Álvaro Dias, está reclamando o não recebimento dos alugueis desde janeiro de 93. E a coisa, a coisa deu no que deu. O locador do imóvel, por sua vez, botou a boca no trombone e a empresa de Ponta Grossa começou a fazer críticas ao Governador Roberto Requião e a este Parlamentar que nada tem a ver com esta história toda, até porque deixei a Secretaria há um ano e meio.

Não dei entrevista para ninguém, não disse nada aqui neste Plenário, não falei sequer uma vírgula nos corredores desta Casa, e não comentei nada em Ponta Grossa. Apenas, notem os Srs., apenas há três semanas atrás, por fax, até para salvaguardar o nome do Governo, do Governador Roberto Requião, - meus caros companheiros da Bancada do PMDB e de apoio ao Governo,

- até para salvaguardar o nome do Governador, este Parlamentar levou ao conhecimento do Governador Roberto Requião e até mandei um fax para o próprio Secretário da Segurança informando a ele que a imprensa de Ponta Grossa, a imprensa local, estava criticando diariamente o Governador porque o Estado não pagava, como de fato não pagou, os alugueis desde janeiro deste ano.

E finalmente, qual o resultado desta epopéia toda? O resultado, meus irmãos Parlamentares, é este que V. Exas. vão tomar conhecimento agora, ouvindo com muita atenção, com muita compreensão a gravação da entrevista do Sr. José Moacir Favetti, com comentários dos locutores da emissora de rádio que por sua vez, além da entrevista ao vivo, às 12:00 horas do dia vinte de outubro, ainda reproduziu em gravação essa entrevista no dia seguinte, vinte e um de outubro, por mais três vezes, às 6:30, às 8:20 e às 12:00 horas. Portanto, quatro programas dessa emissora de rádio de Ponta Grossa.

E agora eu pergunto: O que é que está por trás disso tudo?

Para concluir, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, comunico a esta Casa que já tomei conhecimento do teor da fita, já tomei as devidas providências junto à Justiça que está em greve, infelizmente, já tomei as devidas providências junto ao Judiciário, objetivando defender o meu sagrado e constitucional direito de resposta na Rádio Clube Ponta-grossense, bem como já pedi a regravação da fita para que eu possa na sequência propor a necessária e devida representação criminal contra esse ou contra esses acusadores, por injúria e difamação.

Ouçamos, portanto, a gravação e o julgamento deste fato deixo à livre apreciação de Vossas Excelências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao setor de som que faça rodar a fita.

(É realizada a audição da fita).

Esta Presidência informa que Vossa Excelência tem, ainda, no Grande Expediente, 10 minutos.

O SR. DJALMA CÉSAR - Eu concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

Sr. Luiz Carlos Zuk - Deputado Djalma de Almeida César, o Paraná todo é testemunha, não só na cidade de Ponta Grossa, do que está ocorrendo neste Governo Roberto Requião. Nós acompanhamos de perto o Líder do Governo Renato Adur que tenta de todas as formas possíveis e imagináveis fazer com que a Bancada do PMDB e do Partido Progressista que dá sustentação admi-

nistrativa e política nesta Casa em matérias, às vezes, que são realmente não de vontade, mas às vezes de direito do Governo, o nobre Líder tenta fazer com que, e tem sido esta a postura dos inúmeros colegas Deputados, dê uma coerência àquela Liderança e a esse Governo. Em contrapartida, nobre Líder Renato Adur, não só esse episódio que nós vamos relatar agora ao Deputado Djalma, inúmeros outros, como aquele de João Preis, com esta mesma Secretaria envolvida, com outros colegas, a parte do Governo não corresponde àquilo que os Srs. Deputados fazem nesta Casa. Alguma coisa realmente está errada. Eu queria alertar a esta Presidência que esse fato levantado na Cidade de Ponta Grossa é um fato que vem acontecendo há muitos anos, desde o início do Governo Requião, e agora, mais precisamente este ano quando alguém, com o dinheiro do povo, com a máquina do Governo, tenta-se fazer candidato. Porque por vontade pessoal, ou por, principalmente, estímulos seus, próprios, não se elege varredor de rua, que querem ser Deputados, tanto estadual quanto federal, com dinheiro do povo do Paraná, com a máquina que o Governo lhe oferece. Às vezes, e quando encontra barreira em sua esfera estadual, tenta matar um colega nosso assentado nesta Casa; quando a esfera, realmente, é federal, nós vemos aquilo que acontece todos os dias no noticiário dessa imprensa do Paraná.

Especificamente a isso nobre Deputado, nós sabemos da situação, conhecemos a sua passagem na Secretaria que ocupou; estivemos presentes numa campanha eleitoral na nossa cidade, com muito orgulho, no cargo de vice-prefeito junto com a sua pessoa, Djalma. Vimos o seu trabalho realizado como Deputado nesta Casa e a sua passagem como Secretário que nos deu o aval para termos aqueles quase quarenta mil votos na cidade de Ponta Grossa. Perdemos por circunstâncias que toda Ponta Grossa, região e o Paraná conhecem. Não é o motivo de análise neste momento.

Nós queremos repudiar esse cidadão que está investido no cargo de Secretário de Segurança do Paraná, que não teve a decência e nem educação que nós temos agora e que a sua pessoa também possui, Deputado Djalma.

Nós estamos, nobre Líder do Governo, e peço de público a esses estudantes aqui assentados que no dia de amanhã ocuparão esses lugares dos Deputados, a esses convidados que se assentam nas nossas galerias e que são os fiscais do povo e das atuações desta Casa, que aprovasse esse requerimento para sermos decentes, educados e trazermos José Moacir Favetti, trazê-lo aqui para pessoalmente, de frente, não ser covarde como ele foi, não ser mal-

-educado como ele foi e não ser traiçoeiro como foi com a sua pessoa. A mim ele não atingiu. Dizer que o Deputado Luiz Carlos Zuk reclamou dos aluguéis que não foram pagos e que eu fosse cuidar da segurança do Rio de Janeiro.

Eu quero, neste momento, dizer que o Rio de Janeiro tem os seus Deputados Estaduais que cuidam e cuidam bem porque a chacina que lá aconteceu, os responsáveis estão na cadeia. Aqui no Paraná temos gente morta e nós sabemos perfeitamente bem, até uma CPI foi instalada nesta Casa. E como nós não falamos por trás igual ao Secretário, nós vamos mostrar para ele que a diferença da Secretaria do Rio de Janeiro e daquele Secretário com a sua pessoa é da água para o vinho. Lá eles agem. Aqui ele tem agido, mas está devendo muito à sociedade do Estado do Paraná, especialmente a esses nobres e ilustres Deputados que defendem esta Casa.

Por isso, nobre Líder Renato Adur, estou entrando, Sr. Presidente, com um requerimento pedindo para que esse Secretário venha a esta Casa, onde, de igual para igual, ele, com tudo que possa possuir, nós iremos questionar, não somente quanto a essa falta de educação, essa falta de personalidade que ele teve com a sua pessoa, mas a falta de compostura que teve com a família de Ponta Grossa indo à nossa cidade agredir um Deputado que foi comigo, com muito orgulho, meu vereador, quando eu era prefeito, foi meu opositor na Câmara Municipal, foi decente Deputado e foi excelente Secretário. Não poderia, a grosso modo e por vontade do Governador, denegrir uma pessoa que teve mandato de Vereador, que é Deputado pela terceira vez, ir no seu domicílio eleitoral dizer que esse cidadão não presta. Quem não presta e quem agride sem dar direito de defesa.

E nós aqui estamos, nobre Líder, pedindo que o Secretário venha, traga em mãos aquilo que ele fez e que nós iremos reclamar na oportunidade aquilo que ele deixou muito de fazer e aquilo que ele não está fazendo a esse Paraná e ao Governo Roberto Requião e, em consequência, a toda a família do Paraná.

Cumprimento Vossa Excelência Deputado Djalma.

Hoje é contra a sua pessoa, Djalma, amanhã será contra qualquer um dos colegas aí assentados do Governo, porque do nosso lado, você pode notar na fita, com homens do PTB, com homens do PDT ele não mexe; ele vai, realmente, apunhalar aqueles que disputam o voto igual a ele, mas que disputam o voto leal, de mãos limpas, sem distribuição de viaturas policiais nas mãos, sem verbas, mas com trabalho digno dentro da Casa. Vocês fazem votos decen-

tes! Vocês fazem votos, Srs. Governistas, votos de qualidade, votos de proposta política! Votos de trabalho! E não votos daqueles que nós estamos acompanhando na imprensa!

Pediria ao Governador Roberto Requião que de agora em diante analisasse melhor os seus secretários, fizesse uma reunião dos seus secretários com esta Bancada que nós vemos, tivesse mais respeito, mais dignidade, mais honestidade e mais educação política! Tenho certeza, Sr. Presidente, de que aqui nós estamos dizendo ao Paraná, através da imprensa credenciada, que chega de palhaçada! Chega de pegar os cargos de secretários e se promoverem e serem Deputados! Vão ser Deputados trabalhando! E não com o dinheiro do povo!

Era isso, Senhor Deputado Djalma. Aqui não está o Machuca, porque ele assim o faria, também. Apesar de sermos adversários politicamente, o Plauto, o Machuca e acredito até o Domingos, nosso vizinho; o Toti, de Irati, que formam a região e a família dos Deputados Estaduais de Ponta Grossa, tenha a vossa pessoa o nosso respeito e nossa solidariedade e tenha certeza de que nós estaremos fazendo com que esta Casa, o seu cargo e os cargos de todos nós sejam respeitados, por pessoas que não têm nem o voto dele! E querem ser Deputados no dia de amanhã!

Muito obrigado, Deputado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Deputado Djalma, eu só queria fazer um parêntesis no seu pronunciamento, até de revolta perante aquilo que aconteceu na sua cidade. Mas, Vossa Excelência e os Deputados que compõem a Bancada do Governo e da Oposição, poderão ter uma oportunidade ímpar e fazer com que o Secretário Moacir Favetti remeta a este Poder documentos que estou requisitando em Requerimento, desde a semana passada.

Nós estamos pedindo para que o Secretário da Segurança, Moacir Favetti, remeta os processos licitatórios da compra dos dois helicópteros do FUNRESTAN e FUNRESPOL (sic), assim como todos os documentos correlatos e estas transações, para que nós Deputados, possamos de fato averiguar se o Secretário Moacir Favetti, conforme diz a imprensa e os autos do inquérito policial na Delegacia de Crimes contra a Administração, se ele realmente desobedeceu determinações que foram levadas a ele, depois de uma reunião deliberada, junto ao Conselho Diretor do FUNRESPOL e FUNRESTAN (sic), desautorizando o pagamento dos helicópteros, o ano passado.

Pelo que eu sei pela imprensa e pelos autos do processo, o Secretário Moacir Favetti fez "vistas grossas" e fez o pagamento dos dois helicópteros. Então, vamos

Curitiba, terça, em 26.10.93

provar, Sr. Deputado, quem é o Secretário José Moacir Favetti, se ele realmente tem moral para falar de Vossa Excelência.

Faço um apelo a Vossa Excelência e aos Deputados da Bancada do Governo e da Bancada da Oposição, para que nós aprovemos o meu requerimento, que está na Ordem do Dia de hoje, solicitando da Secretaria de Segurança Pública a remessa dos procedimentos licitatórios e documentos correlatos do FUNRESPOL e FUNRESTRAN (sic) para que nós, Deputados, tomemos conhecimento, oficialmente, das irregularidades cometidas pelo Secretário José Moacir Favetti.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que o Horário do Grande Expediente está terminado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós cedemos o Horário da Liderança do PMDB ao Deputado Djalma.

O SR. NILTON BARBOSA - Se necessário for, também, o Deputado que faz uso da tribuna pode usar o Horário da Liderança do Partido Progressista.

E me inscrevo num aparte a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa., mediante concessão do PMDB e do PP, tem 15 minutos de tempo disponível.

O Sr. Nilton Barbosa - Nobre Deputado Djalma de Almeida César, as minhas palavras iniciais são para dizer da nossa solidariedade a V.Exa. porque estamos acompanhando desde o início do episódio o comportamento, a postura de V.Exa..

Desnecessário se faz tecer aqui críticas que já fiz na semana passada com relação a atuação, o trabalho de alguns Secretários, entre eles o Secretário de Segurança Pública, Dr. Favetti, que embora pertencente aos quadros do Partido Progressista que tenho a honra e a satisfação de, pela incumbência dos nossos companheiros, liderar aqui nesta Casa, dizer de que não poderíamos deixar também, e não podemos mudar a nossa postura.

Tenho dito e repetido na tribuna, nos apartes que aqui fazemos, que embora pertencente ao partido que faz parte do bloco de sustentação ao Sr. Governador, temos discordado da posição de alguns Secretários, e por que não dizer do próprio Secretário Favetti, que assim como foi a Ponta Grossa, via rádio, denegrir o nome de V.Exa., criticar a sua atuação, foi também à nossa região sem ao menos nos participar, dando palestras anti-sequestro, combate às drogas, e esquecendo de que esses municípios por onde vem per-

correndo, se faz falta de melhor aparelhamento policial, se faz falta de viaturas.

Denunciamos nesta Casa o espancamento de um bóia-fria em nossa cidade pela Polícia Militar, onde ceifou a vida de um trabalhador rural. Não fomos sequer procurados e não tivemos conhecimento que mudanças aconteceram.

Por isso, não poderia ser diferente, de deixar aqui a nossa solidariedade e dizer que esperamos sim, que não só o Secretário Favetti, como o Secretário Durval Amaral, como os outros Secretários que todos nós temos conhecimento, elementos ligados ao Governo, se preocupem muito mais com a administração do Estado que é sua responsabilidade, que é sua obrigação, e deixem a campanha política para a hora certa, porque nos também aguardaremos a hora certa para nos confrontarmos com as pessoas que hoje ao invés de usarem seus cargos, ao invés de usar as suas Secretarias para atender às Prefeituras, para atender as comunidades, estão mais usando-as como comitês eletivos eleitorais.

Por isso fica aqui a nossa solidariedade e ao nobre companheiro Zuk, a nossa Bancada, a Bancada do Partido Progressista está totalmente à vontade para manifestar o seu voto da maneira como quiser.

E o nosso voto, o meu voto pessoal, é favorável ao Requerimento para que o Secretário de Segurança Pública venha ao Plenário dizer da sua atuação, dizer como as viaturas estão sendo entregues, se é por critérios técnicos ou se é por critérios políticos. E que venha aqui também nos dizer que a maioria das Prefeituras, já sacrificadas pela falta de recursos, porque elas têm que bancar os combustíveis para que os policiais possam fazer as suas diligências, prestar os seus serviços.

Terá o nosso apoio o requerimento do Deputado Zuk e a nossa Bancada terá total liberdade para votar da maneira que quiser votar.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Muito obrigado, Deputado Nilton pelas suas palavras.

Concedo aparte ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço V.Exa. e não poderia, Deputado Djalma, deixar de estar solidário a V. Exa. neste momento, uma vez que tive e tenho a felicidade de conviver com V.Exa. já praticamente há onze anos nesta Casa.

Conhecemos o seu trabalho neste Parlamento, conhecemos acima de tudo a sua lealdade com os companheiros. Tivemos aqui quatro governantes que passaram quando nós estávamos com o mandato de 82 até agora. Foi o Governador José Richa, posteriormen-

te João Elísio, posteriormente Alvaro Dias e agora o Governador Roberto Requião.

V.Exa. sempre demonstrou a sua lealdade como companheiros de Partido e como companheiro de sustentação aos Governantes que passaram e ao atual Governo.

Lamento profundamente este episódio porque ele choca-se e envolve duas figuras do Governo Roberto Requião, que V.Exa., que dá sustentação nesta Casa dos votos das mensagens do Governo Roberto Requião.

De outro lado, o Secretário Moacir Favetti, que é também do lado do Governo Roberto Requião.

O que é lamentável é que este confronto não sabemos no meio disto quem leva a vantagem. Posso garantir que não é o Governo Roberto Requião, porque onde há este desentendimento, deveria V.Exa. ser procurado antes de qualquer atitude que viesse macular a sua imagem, como brilhante representante nesta Casa da Cidade de Ponta Grossa.

Mas quero acreditar que este fato será elucidado através do convite que será feito ao Sr. Secretário. Também votarei favorável à sua presença. Porque isto tem que ser esclarecido à sua cidade, onde V.Exa. tem sua representação, e também esclarecido aos demais companheiros que compõem este Poder.

Conheci V.Exa. fora da Assembléia Legislativa como Secretário de Estado. Quero dizer que os Deputados que compõem esta Casa, não só do partido do Governo, do nosso partido que também dá sustentação ao Governo, mais os companheiros da Oposição, tiveram sempre um tratamento de respeito por V.Exa.

Lamento profundamente. Espero que agora, com este episódio que envolve V.Exa. e o Secretário Moacir Favetti, o Governador Roberto Requião, através do seu líder desta Casa, que seja comunicado através do seu líder Deputado Renato Adur, para que o Governo tome uma providência séria. Não só com relação à Secretaria de Segurança Pública, mas todas as secretarias do Governo, todas as diretorias do Governo, aqueles que estão prejudicando a administração do Governo Roberto Requião procurando acima de tudo, massacrar, espezinhar os Deputados que dão sustentação ao Governo. Porque, na verdade, quantos Deputados que sabemos que têm seus compromissos em suas bases e às vezes não participam de solenidades, de cerimônias, porque têm que estar aqui na Assembléia votando as mensagens do Governo. Mas aqueles que não têm o compromisso do voto nesta Casa, têm o tempo livre para poder percorrer o Paraná e, acima de tudo, atingir a imagem daqueles que sustentam o Governo nesta Casa.

Muito obrigado.



O Sr. Geraldo Cartário - V.Exa. me permite um aparte?

Deputado Djalma, o episódio de Ponta Grossa foi de profunda infelicidade. Infelizmente, um companheiro nosso de partido, Partido Progressista. Uma infelicidade muito grande quando ele se referiu a V.Exa. quando, na verdade, V.Exa. representa um dos homens mais organizados que o Governador Roberto Requião teve em seu secretariado. V.Exa. abriu as portas a todos, indistintamente, sem discriminação. Nos atendia que até hoje a Secretaria de Trabalho e Assistência Social deixou saudades. Não pelas verbas, porque sabemos que em seu orçamento quase que não existia, mas pela sua simpatia, pela sua honestidade.

Uma sociedade organizada precisa prezar pela ética. A ética está faltando na política do País. A ética está faltando em alguns segmentos. Existe uma hierarquia. O Secretário de Segurança, Moacir Favetti esqueceu da hierarquia política, porque V.Exa. foi seu colega no governo Roberto Requião. Faltou profundamente com a ética a um colega. Faltou com o respeito à hierarquia, porque o Deputado Estadual, no Governo do Estado, é superior a um Secretário dos Parlamentares e da manei-

Ainda mais, quando aqui vejo o seu irmão, o Vanderlei, o nosso dentista de Maringá, eu que há 30 anos aprendi a conhecer a sua família e a conviver só posso dizer as palavras que o Presidente Kennedy de vez em quando pronunciava: "Todo homem tem minutos e horas de bobeira". Infelizmente para nós, e eu peço desculpa por ser do Partido, o Dr. Moacyr Favetti teve minutos, horas de bobeira no programa da Rádio da sua cidade, a Cidade de Ponta Grossa.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Permite-me um aparte?

(Assentimento).

Meu caro Deputado Djalma de Almeida César, quero dividir com V.Exa. os momentos de tristeza por que V.Exa. passa, desde a última semana, quando a rádio de Ponta Grossa transmitiu, daqui de Curitiba, uma entrevista com o Secretário da Segurança Dr. Moacir Favetti. Especialmente essa tristeza deve ainda ser mais doída em V.Exa., porque V.Exa. é um fiel aliado do Governador Roberto Requião, é um fiel aliado do Partido de há muitos anos e V.Exa., incondicionalmente, tem apoiado o Governador Roberto Requião nesta Casa e em todos os momentos. Honrou e dignificou o Governo Roberto Requião, quando V.Exa. foi Secretário do Trabalho e Ação Social neste Estado. Ali V.Exa. combateu o bom combate, guardou a sua fé, a sua fé de um governo correto, de um governo honrado, de um go-

verno de realizações.

Quero dizer, Deputado, que esta entrevista na rádio de Ponta Grossa, cuja cidade V.Exa. ama, cujo município V.Exa. trabalha e tem lutado na vida pública deste Paraná e deste País.

Esta entrevista não reflete o pensamento do Governador Roberto Requião que tem por V.Exa. a maior estima, o maior respeito. Ouvi pela gravação, que V.Exa. andou fazendo fofoca nos corredores desta Assembléia. Nós que o conhecemos e sabemos que Vossa Excelência não é homem de fofoca, não é homem de fuxico. É homem de dizer o que pensa, quando necessário. E assim tem sido a sua vida pública, a sua vida política. Exemplo de trabalho, honradez e respeito aos cidadãos do povo do Paraná.

Por isso, Deputado, estou aqui dividindo com Vossa Excelência, este momento de tristeza por essa entrevista, por essa agressão que Vossa Excelência sofreu.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Muito obrigado Deputado Trevisan.

Com aparte o Deputado João Preis.

O Sr. João Preis - Prezado Companheiro Djalma, queríamos deixar aqui, a Vossa Excelência, o nosso total e irrestrito apoio nesse momento em que V.Exa. sofre ataques de pessoas que não conhecem o passado, pessoas que não conhecem o passado de sua família, como nós conhecemos.

Lembro muito bem de que na campanha de 1988 quando Vossa Excelência disputava a Prefeitura de Ponta Grossa e eu a de Maringá, Vossa Excelência mandou a sua esposa até Maringá para nos dar apoio e ela subiu nos nossos palanques para trazer o seu apoio, apoio da sua família que nós conhecemos há tantos anos.

Posso dizer também que enquanto Vossa Excelência ocupou o cargo de Secretário de Trabalho e Ação Social, foi considerado por esta Casa, pelos Deputados do Bloco de Apoio ao Governo, como também pelos Deputados da Oposição, como o Secretário mais brilhante, como o Secretário que atende e conhece as dificuldades dos Parlamentares.

Infelizmente, o seu grande trabalho não teve continuidade. E aquilo que Vossa Excelência sente hoje na carne nós já sentimos há longa data na nossa região.

Hoje o culpado, Deputado Durval Amaral, que não tem escrúpulos e ética política, porque ele simplesmente desconhece o trabalho dos parlamentares e de uma maneira que nós já conhecemos nesta Casa onde as verbas são levadas aos municípios...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao orador que está na tribuna que o seu tempo está esgotado e

O Sr. João Preis- ... apenas para fins eleitoreiros.

Aproveitamos este minuto que nos cedeu, prezado Deputado Djalma, para lhe dar todo o nosso apoio neste momento e no momento em que precisar da nossa pessoa.

Muito obrigado.

O Sr. Renato Adur - Concede-me um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem).

A Questão de Ordem, Senhor Presidente, consiste no seguinte: nós estamos reunidos em Sessão Plenária, portanto, em Sessão Pública - como públicas são as manifestações dos Senhores Deputados e as do titular da tribuna nesta Casa.

Eu pediria, portanto, que a Presidência pudesse comunicar à assessoria do Secretário de Segurança Pública, que se encontra aqui representada pelo Capitão Porto, que promove anotações sobre os apartes que fazem os Senhores Parlamentares, que ele poderá acessar o inteiro teor dos pronunciamentos desta Casa, a fim de que não tenham os Deputados o constrangimento de anotações de polícia durante Sessão Plenária Pública desta Casa.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Tem aparte o Deputado Renato Adur.

O Sr. Renato Adur - ... Senhor Deputado...

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente, a Liderança do PFL está me concedendo o seu horário, igualmente a Liderança do PSDB.

O Sr. Renato Adur - Deputado Djalma, gostaria de, inicialmente, fazer uma pergunta a Vossa Excelência: qual foi a data que Vossa Excelência deixou o cargo de Secretário do Trabalho e Ação Social?

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Primeiro de junho de 92.

O Sr. Renato Adur - Primeiro de junho de 92. Esse episódio de Ponta Grossa em que esse aluguel está atrasado, o Senhor poderia nos dizer: a partir de que data ele está atrasado?

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Esse contrato, Deputado Renato Adur, já vem desde os tempos do Governo Álvaro Dias, quando estava à frente da Secretaria de Segurança o Secretário Doutor Noronha, que tendo o Dr. Renato Ortoloni como Delegado-Geral da Polícia Civil, foi feito um

contrato desde aqueles tempos. E este contrato veio de dois anos para cá, esse imóvel locado no Governo Álvaro Dias deixou de ser ocupado, ficou ocioso. Por quê? Porque o Delegado de então, entendendo que não valia a pena fazer funcionar lá no bairro estas duas delegacias, que foram objeto de locação deste imóvel, pegou o que restava e trouxe para...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Faz soar os tímpanos).

A Presidência comunica a Vossa Excelência que o Horário de Vossa Excelência está terminado.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente, o Deputado-Líder do PFL me concedeu o horário do seu Partido.

O Sr. Renato Adur - Do PFL ou do PSDB?

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Do PFL e do PSDB também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência tem mais 15 minutos.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Esta Casa foi locada para abrigar duas Delegacias: a de Antitóxicos e a de Proteção ao Menor.

Então, esta casa ficou fechada, ficou ociosa.

Então, no início desse ano, agora, mais ou menos no mês de maio, por aí, alguns segmentos organizados de Ponta Grossa, a Associação de Meninos e Meninas de Rua de Ponta Grossa, Conselhos de Segurança e mais outras entidades representativas se reuniram e, com a participação do Ministério Público, do Juizado da Infância e da Adolescência, entenderam da necessidade de instalar e implantar em Ponta Grossa, uma casa que pudesse abrigar as crianças e adolescentes em situação de risco.

Então, lá na instalação do Governo de Piraí do Sul, uma audiência da qual participaram os representantes dessas associações e entidades, sensibilizaram o Governador Roberto Requião, que atendeu ao pedido.

Essa casa foi inaugurada, instalada agora no dia 3 de agosto, com a presença do Governador, só que essa locação, Deputado Renato Adur, vem do tempo do Governo de Álvaro Dias e a Secretaria não paga os aluguéis desde o mês de janeiro para cá.

O locador, coitado, um homem adoentado, doença grave, botou "a boca no trombone".

A imprensa de Ponta Grossa, isso sim, começou a criticar o governo e criticar

esse Parlamentar, agora, inexplicavelmente. Não cometi pecado nenhum. Eu fui agredido moralmente, de forma difamatória e injusta pelo Secretário José Moacir Favetti.

O Sr. Renato Adur - Deputado Djalma de Almeida César, nesse período a partir de janeiro, Vossa Excelência já não era mais Secretário do Trabalho e Ação Social. Queremos, em nome da Liderança do Governo, liderança do PMDB, nos solidarizar com Vossa Excelência, pela conduta, pela maneira com que Vossa Excelência tem se portado ao longo desses anos aqui na Assembleia Legislativa.

Somos admiradores pessoais do Senhor - o Senhor sabe muito bem - e temos o mais alto respeito pela sua conduta como Parlamentar, como cidadão, como pessoa humana, idôneo que é, durante todo o seu trabalho que vem desenvolvendo, dando apoio ao governo do Estado do Paraná.

Entendemos que o Secretário talvez tenha se precipitado nesse processo. Entendemos que não era esse o caminho que o Secretário deveria ter tomado. Existe o diálogo, existe a negociação, existe o companheirismo partidário, bem disse o companheiro Zuk.

Temos procurado, essa Liderança, todos os Deputados, não os do PMDB, os Deputados que dão sustentação ao Governo por uma questão de linha ideológica, uma questão de afinidade, uma questão de comprometimento pelo desenvolvimento do Paraná.

Então, não podemos deixar que uma administração séria como é a do Governo Requião, tenha resquícios dessa natureza, vindo a prejudicar não os adversários nossos, quanto mais os nossos companheiros.

Então, em nome da Liderança, queria me solidarizar com Vossa Excelência e gostaria de deixar claro que seria importante que o próprio Secretário Favetti viesse aqui também dar a sua versão, para que os Parlamentares pudessem tirar as conclusões.

Tivemos oportunidade de ouvir a fita. Essa é a terceira vez que ouvimos, e achamos que o Secretário Favetti extrapolou, se precipitou. Acho que não foi uma medida correta do Deputado Favetti. Ele não é Deputado, é candidato a Deputado, não tem nada a ver ele ser candidato a Deputado.

Acho que ele está na função de Secretário e ele tem exercido a sua função como Secretário de Estado.

É um cargo de confiança de Sua Excelência. O Senhor Governador do Estado do Paraná e eu acho que nesse momento foi infeliz a atitude do Secretário Favetti.

Gostaríamos de ouvir a versão dele também aqui nesta Casa, dando apoio a

esse requerimento formulado pelo Deputado Zuk.

Quanto à pessoa de Vossa Excelência para nós está claro. Vossa Excelência não era Secretário do Trabalho, havia saído um ano e meio antes desse episódio. Portanto, não conseguimos entender realmente o que aconteceu.

Tem a nossa solidariedade, Deputado.

Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Pela vez, tem o aparte, o Deputado Pudell.

A seguir, o Deputado Bona Turra.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço a Vossa Excelência, e quero informar que a Bancada do Partido dos Trabalhadores também subscreveu o requerimento que visa convocar o Secretário de Segurança a comparecer a esta Casa.

Supreendeu-me muito ouvir as declarações do Secretário de Segurança a respeito da pessoa de Vossa Excelência. Parece-me que um Delegado tão experiente como o Secretário Favetti caiu na fofoca de repórteres de rádio. Mais do que isso, o Secretário aparentemente mordido pela mosca azul, já em plena campanha eleitoral não consegue mais separar as coisas, não consegue mais conduzir as suas responsabilidades com a serenidade necessária.

É surpreendente, também, a forma como o Secretário vem utilizando os espaços na imprensa, que a sua Pasta lhe permite o acesso a esses espaços para praticamente fazer discursos partidários, e o que é pior, ainda tentando pisar sobre a imagem de companheiros de partidos. E o que é mais grave, nós estamos conscientes no Paraná de que a Secretaria de Segurança não vai muito bem.

Temos notícia de torturas em cadeias, temos notícia de atividades ilegais da Polícia Militar em licitação, prisão de pessoas; temos problemas seríssimos, como agora em Cascavel, onde se retira a única viatura que lá estava para atender o serviço de atendimento àquelas atividades que são inerentes ao trabalho de autópsia da polícia.

Enfim, temos uma sucessão de denúncias de irregularidades e não temos visto a firmeza do Secretário de Segurança em combater os problemas que tem na sua pasta com a mesma eloquência que o Secretário procura fazer discursos políticos. Acredito que o Secretário está extrapolando as suas funções, não tem conseguido separar o homem público administrativo do candidato. E acho que o Governador Roberto Requião, até mesmo em desagravo à sua pessoa já dito aqui como um militante antigo

do PMDB, fiel, companheiro, somos testemunhas aqui, têm que retirar o palanque debaixo do Secretário.

Acho que essa responsabilidade cabe ao Governador do Estado, mas nós aproveitamos esse fato para, em trazendo aqui o Secretário, convocando para esta Casa, nós queremos que ele preste os esclarecimentos sobre as situações delicadíssimas que existem na área de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Tenho certeza que depois de um bom aperto esse Secretário vai começar a pensar duas vezes antes de se pronunciar publicamente a respeito de figuras como Vossa Excelência. E esse Secretário, é bom que se diga aqui, tem se beneficiado de uma certa omissão desse Parlamento, de não tratar com rigor, acompanhar rigorosamente a atuação de sua pasta. E tenho certeza que depois desse episódio ele não poderá mais se beneficiar dessa certa omissão que o Parlamento tem lhe permitido.

Então, quero aqui também registrar o apoio do nosso Partido a esse requerimento, e apelar ao Governador Roberto Requião, pelo menos lembrá-lo de que é chegada a hora de retirar antecipadamente o palanque debaixo dos pés desse Secretário.

Muito obrigado, Deputado Djalma!

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Muito obrigado, Deputado Ernani com as suas palavras.

Deputado Bona Turra com aparte.

Sr. Bona Turra - Ilustre Deputado Djalma de Almeida César.

Desnecessário seria, aqui, fazer o registro dos méritos, das qualidades e da combatividade de Vossa Excelência nesta Casa e ao longo de sua vida pública. Talvez devêssemos registrar que já em 83 Vossa Excelência dava marcas de independência e combatividade quando juntos travávamos a luta pela universidade democrática pública e gratuita em Ponta Grossa, Vossa Excelência e nós à frente do Movimento Universitário do Estado.

Depois disso, tantas outras vezes, vimos a reiteiração de compromissos de Vossa Excelência com luta democrática no País, na campanha pela anistia, antes disso na luta pela eleições diretas, mais recentemente na luta pela República e pelo Presidencialismo.

Vossa Excelência de um modo discreto e firme tem marcado as suas posições, e quero aqui registrar a minha solidariedade, a solidariedade dos meus companheiros que lhe trouxeram à Assembléia Legislativa ao modo descortês, rude, incivil com que se comportou o Sr. Secretário de Segurança Pública nesse episódio específico.

É de ver que a indignação que Sua Ex-

celência Secretário de Segurança Pública disse ter em relação à injustiça que contra ele haveria sido praticada em manifestação que Vossa Excelência fez no interior e, no momento próprio, na administração talvez devesse Sua Excelência o Senhor Secretário se manifestar em relação a outros episódios muito mais graves que deveriam merecer a palavra firme do Secretário de Estado da Segurança Pública.

É o caso, e sobre isso nos manifestamos semana passada, das inúmeras e gravíssimas violações a direitos humanos fundamentais perpetradas no âmbito da Polícia Civil e no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Não bastassem todos os casos que relatei na última quinta-feira da tribuna, trago a notícia da Folha de Londrina dando conta de nova agressão por policial do Estado na região Norte contra trabalhador, contra, enfim, uma mulher pobre que chegou a perder os dentes por uma agressão policial. Isso não pode ser imputado, em condições normais não poderia ser imputado ao Secretário da Segurança Pública, mas quando nós reunimos inúmeros outros episódios como este que é também denúncia reproduzida em jornais de ampla circulação, alcançando diversos delegados de polícia no Município de Itaipava, é uma denúncia do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Mais à frente, um outro caso de agressão de um policial contra o prefeito do Município de Santa Teresa do Oeste. Mais à frente temos a denúncia de morte e tortura, pela Segunda Sub-Divisão de Paranaguá. Temos aqui também o caso específico em que PM's são acusados de matarem bôias-frias. E, por último, a família de trabalhador pedreiro.

Veja Vossa Excelência que as agressões se fazem justamente contra trabalhadores, contra os setores mais desprotegidos da sociedade como é o caso da agressão recente contra os estudantes.

É, por isso, caro Deputado Djalma de Almeida César, que traz aqui à apreciação matéria de relevante interesse público, que oportuniza a discussão sobre outras temáticas fundamentais para que possamos estabelecer controles efetivos do aparato de segurança do Estado.

É assim que nós fazemos ingressar, com reformas, novo requerimento nesta Casa que objetiva instituir uma Comissão Especial encarregada de investigar as violações sistemáticas e generalizadas a direitos humanos no âmbito das polícias civil e militar do Estado do Paraná.

Vossa Excelência traz aqui novos elementos para que nós possamos fazer conformar a ação de todos os Secretários de Estado, especificamente de Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública,

nos estritos limites do interesse público, porque não é razoável que matéria de menor relevância, como é a matéria de locação onde o que se exigia de Sua Excelência o Sr. Secretário de Segurança Pública era uma medida administrativa de pagamento do devido pelo Estado ao locador particular. Jamais fazer duma matéria, que é matéria estritamente administrativa interna, matéria pública, colocando em jogo a reputação construída ao longo de décadas por Vossa Excelência no Município de Ponta Grossa, que é justamente o que nos dá a sustentação e a sustentação ao Governo num dos principais municípios do Estado do Paraná, que é o Município de Ponta Grossa.

Portanto, se Vossa Excelência dependesse - e não depende - da solidariedade desta Casa, como também dos homens e mulheres sérios, Vossa Excelência tem a totalidade dos membros desta Casa, tenho a certeza, como também a grande maioria dos membros do nosso partido já se solidarizou desde a semana passada com Vossa Excelência dando conta que, se lideranças e expressão há em Ponta Grossa e que interessa ao Partido e ao Governo, essa a expressão e a liderança do Deputado Djalma de Almeida César.

Este é o registro, é a consignação.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência comunica que o Horário do PSDB e do PFL que lhe foi concedido, está terminado.

Concedo-lhe dois minutos para concluir.

O Sr. Domingos Caxvalho - Deputado Djalma de Almeida César, como representante de uma cidade importante dos Campos Gerais, aonde esta rádio de Ponta Grossa tem na minha região uma audiência, muitas pessoas da minha Cidade vieram me perguntar o que estava acontecendo. Eu dei a eles as justificações que Vossa Excelência já tinha me mostrado, anteriormente, a fita gravada contando o relato pelo nosso Secretário, e pelo jeito estamos sendo mal representados.

Então, Deputado, nós o conhecemos de longa data, desde os tempos do Lions, desde os tempos de vereador, conhecemos a sua reputação e o conceito de que goza, alto, na nossa região de Castro, Piraí do Sul, Tibagi.

Então, quero aproveitar este momento para que fique registrado nos Anais desta Casa, a minha solidariedade, não só minha como também do povo de Castro e de toda a nossa região.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Sr. Presidente, só para encerrar, quero con-

cluir a minha manifestação, desta tribuna, para agradecer a todos os Srs. Deputados que fizeram ou não uso da palavra, nesta tarde.

É lógico que eu recebi esta "pancada" com muita tranqüilidade, até porque, o tempo é o senhor da razão.

Tenho a consciência tranqüila do trabalho que realizei na Secretaria e que venho realizando aqui. Sou Deputado há 11 anos. Estou acostumado a estas deslealdades, a estas traições. Venho lá de longe. Não nasci agora não, Deputado Ernani. Também enfrentei 64. Nasci nas ruas. Fui forjado dos bancos escolares, nas disputas universitárias. Já combati a ditadura.

O que me preocupa, Deputado Renato Adur, é que sendo um elemento de Governo como eu sou, assumo esta condição. Eu ser agredido moralmente, de forma violenta, traiçoeira, covarde, por um homem do Governo! Imagine se fosse um adversário, um inimigo! E o pior é que eu não fiz nada. Sou inocente neste episódio! Preocupo-me porque amanhã, logo aí na ponta, qualquer um dos Srs. Deputados desta Casa, serem da mesma forma, como eu fui, agredido moralmente.

A nossa preocupação maior é de que qualquer um de nós, que integramos o grupo de apoio do Governo, possamos, num futuro bastante breve, voltar a ser agredido. Como eu disse no início da minha manifestação. Quem é que está por trás disto aí? Quais são as forças ocultas?

Saio daqui gratificado, passei algumas noites não dormidas, mas quero, finalizando, dizer da minha gratidão a Deus, como eu disse, pela força e pela serenidade que me deu nestes últimos dias. E agradecer de uma forma muito gratificante a todos os Parlamentares desta Casa, que de uma forma carinhosa se manifestaram oferecendo solidariedade a este Parlamentar, membro deste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós - e a pedido do Deputado Carlos Simões - do Prefeito de Antônio Olinto, José Guionar Maquiavel (?).

Registra também com satisfação a presença do Prefeito de Pitanga, Altair Zampieri, acompanhado de lideranças daquele município; dos Vereadores Albérico e Antônio de Andrade, do Município de Lidianópolis.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Gostariamos também de registrar a presença - além do Prefeito de Pitanga, Altair Zampieri - do vice-Prefeito, Tico, e do Presidente da Câmara daquele município, o nosso amigo popular, Carijó.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se registramos com satisfação a presença de ilustres amigos nesta Casa, queremos, com pesar, neste momento, registrar o falecimento do ex-Deputado Federal, Hermes Faria de Macedo.

O corpo será velado nas dependências deste Poder Legislativo e o féretro será realizado amanhã, dia 27.10., às 11 horas da manhã.

Registra-se com pesar, portanto, o falecimento do ex-Deputado Federal Hermes Macedo, um dos empresários que mais divulgou o Estado do Paraná através das suas empresas, como dizia a propaganda: "Do Rio Grande ao Grande Rio".

Ainda no Horário das Lideranças, a palavra é concedida ao PDT.

(Pausa).

Como se acha ausente e já devidamente registrado a nós pelo Líder, Paulo Maia, tendo em vista a uma reunião que estão realizando.

Liderança do PTB.

(Declina).

Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Somente para registrar a presença do Vereador Josias de Oliveira da Cidade de Paranaquã.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, fomos citados na questão do Deputado Mário Bezerra, quando da exposição do Deputado Djalma de Almeida César, na sua manifestação em relação ao Secretário Favetti, o Deputado Mário Bezerra colocou a questão dos helicópteros.

Queria transmitir a V.Exa. e ao Deputado Mário Bezerra, embora ele não se faça presente neste momento aqui no Plenário, mas entendemos que ele deva estar aqui por perto e que estamos encaminhando hoje, Sr. Presidente, ao Deputado Mário Bezerra, os autos de licitação completos, de acordo com a solicitação, com os requerimentos formulados pelo Deputado Mário Bezerra.

Estamos também encaminhando o relatório da Comissão de Sindicância. Temos aqui os autos de licitação completos, à disposição do Deputado Mário Bezerra, só que esta cópia pertence à nossa Liderança. Vamos passar ao Deputado Mário Bezerra para que ele providencie a sua cópia, tire a sua cópia. O Deputado Bona Turra ficará encarregado de repassar ao Deputado Mário Bezerra, nos fará o favor, para que ele tire as cópias necessárias, ou que sejam tiradas as cópias aqui na Casa e devolvidos estes documentos para esta Liderança.

Também estamos encaminhando o Relatório da Comissão de Sindicância, os quesitos e respostas, e todas as suas conclusões formuladas por essa Comissão de Sindicância.

Portanto, Sr. Presidente, o requerimento formulado hoje pelo Deputado Mário Bezerra, será aprovado por esta Bancada e antecipadamente a aprovação do requerimento, nós já estamos encaminhando os documentos a Sua Excelência o Deputado Mário Bezerra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra no Horário das Lideranças, por sete minutos e meio, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação tem sido sacudida, nos últimos dias, com aquela que talvez seja uma das maiores crises políticas da República, onde a CPI do Congresso Nacional começa a apurar a relação incestuosa que existe entre algumas destacadas figuras do Parlamento brasileiro, do Governo Federal e de empreiteiras. As denúncias que estão sendo tornadas públicas, começam a demonstrar de que forma, desde a elaboração do orçamento da União, emendas são patrocinadas por Deputados Federais e se destinam já a obras a serem realizadas por determinadas empreiteiras que conseguem finalmente autorização da sua execução por órgãos dos Ministérios a nível federal.

Além disto, a CPI do Congresso Nacional começa também a desvendar o desvio escandaloso, criminoso e imoral, de verbas que deveriam estar sendo destinadas para amenizar problemas sociais e que, na verdade, por influência de um pequeno grupo de conservadores no Congresso Nacional, acabam sendo destinadas a entidades fantasmas e boa parte carregadas para os bolsos de uma meia dúzia de corruptos instalados no núcleo do Congresso Nacional.

Os conservadores sabem e temem que a CPI vá até as últimas consequências, o que certamente será desastroso para os planos de continuidade de dominação do poder político central para a velha turma que conseguiu se instalar durante os regimes militares e como camaleões vêm conseguindo se manter em postos chave tanto do Congresso Nacional, como do Poder Executivo, todos financiados, apoiados e seduzidos pelos grandes grupos econômicos e, em especial, as empreiteiras.

A Direita sabe que se a CPI for a fundo sairá fortalecida. Sairá fortalecida porque é um dos raros partidos neste País que tem as mãos limpas e que não tem ne-

nhum dos seus integrantes envolvidos nesta corrupção.

E ontem nos causou profunda estranheza, uma notícia vinculada no "Jornal Nacional" - portanto, da Rede Globo do Sr. Roberto Marinho, que também cresceu à sombra e no silêncio da ditadura - quando um Deputado do PTR, de Paulo Maluf, procurava insinuar que Deputados do PT estariam envolvidos de alguma forma no escândalo do orçamento. Citaram especificamente, para surpresa nossa, o Deputado Pedro Tonelli, como um dos campeões de emendas no Congresso Nacional.

É verdade que o Deputado Pedro Tonelli foi autor de três emendas que versavam sobre recursos na ordem de 12 bilhões de cruzeiros reais. O que o jornal do Roberto Marinho e o PTR de Paulo Maluf não explicaram foi que as emendas do Deputado Pedro Tonelli se destinavam à aplicação de recursos nos títulos para desapropriação com fins de reforma agrária. Visavam exatamente evitar o que ocorreu durante o Governo Collor, quando a totalidade destes recursos foi destinado ao Norte do País, onde o INCRA comprava fazendas abandonadas em terras imprestáveis, a preços superfaturados, não para fazer reforma agrária e para resolver o problema social, mas sim para encher o bolso daqueles grandes latifundiários que já tanto se beneficiam com o sistema econômico deste País.

A emenda do Deputado Pedro Tonelli, portanto, tinha a intenção de corrigir esta distorção. Obrigar, por exemplo, que o INCRA, fizesse obrigatoriamente também a aplicação aqui no Paraná e os Senhores são testemunhas das dezenas, centenas de áreas que estão em litígio aqui no Paraná, ocupadas por sem-terras e que os proprietários não conseguem uma solução de desapropriação, não conseguem receber a sua indenização, muito menos conseguem os sem-terras regularizar a sua posse para que tenham acesso aos mecanismos de financiamento.

O Deputado Pedro Tonelli é um dos raros políticos, é uma das raras pessoas às quais nós podemos colocar a mão no fogo e nós não admitimos que a imagem de uma pessoa como Tonelli, esteja sendo citada sequer de uma forma de insinuação por gente ligada ao PPR. O PPR aliás, tem o privilégio de ter em suas fileiras, o Deputado João Alves, que é exatamente o chefe da corrupção instalada no Congresso Nacional. O que o Deputado Paulo Maluf, o mesmo que deixou rastro de corrupção por todos os lugares onde passou, inclusive agora está com problemas com relação à sua "Pau-Brasil", de financiamento de campanha, procura na verdade, se defender lançando dúvidas sobre todos os políticos para se beneficiar de uma suspeita generalizada.

É uma velha tática de defesa dos facinorosos, dos canalhas e daqueles que são mau-caráter, que tendo impossibilidade de defender ou de comprovar a sua inocência, começam a lançar dúvida sobre todos, começam a questionar o comportamento de todas as pessoas.

Queríamos portanto, fazer o registro nesta Assembléia, porque muitos dos Senhores aqui são testemunhas do trabalho do Deputado Pedro Tonelli.

Muitos aqui são testemunhas do trabalho e tenho certeza e tenho absoluta convicção da honestidade, da retidão de caráter do Deputado Pedro Tonelli que, inclusive, fez o seu trabalho de uma forma digna e tem representado muito bem o Paraná. Tem honrado o Partido dos Trabalhadores com uma atuação imaculada e nós não podemos aceitar que um político, com a história, com o passado e com a prática do Deputado Pedro Tonelli, possam sequer ser levantadas suspeitas sobre o seu comportamento político.

Quero registrar aqui o nosso repúdio, à atitude desesperada dos malufistas que vão sucumbir perante a CPI do Orçamento, quando se desvendarem os crimes que têm cometido contra o povo brasileiro.

Quero deixar aqui registrado e, concluindo Senhor Presidente, essa manifestação de desagravo que eu entendo que deveria ser de todo esse parlamento que foi testemunha e conhece bem o Pedro Tonelli, que nós devêssemos até fazer uma manifestação formal desse parlamento em desagravo ao Deputado Pedro Tonelli que sobre o seu trabalho não pesa nenhuma dúvida sobre a retidão com que tem se comportado politicamente.

Esse era o registro que nós queríamos fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a Comissão de Finanças. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor



Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães e Colombino Grassano, constantes do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 250/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

**VOTAÇÃO EM**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 250/93, de autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL**

DO PROJETO DE LEI Nº 250/93

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 250/93, de autoria dos nobres Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Florisvaldo Fier, teve apreciação favorável das Comissões de Constituição e Justiça e da Agricultura e em Plenário recebeu uma proposta em forma de Substitutivo Geral, de autoria dos nobres Deputados Antônio Toti Colaço Vaz, Henrique Bona Turra, Ovídio Constantino e outros.

A proposição versa sobre a regulamentação na comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção, e dá outras providências.

Chamado a opinar, após análise deste, concluímos que o mesmo atende os requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, bem como é notória a sua importância quanto ao mérito.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

Relator

Apoio: João Iensen, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, José Arthur Ritti, Costenaro Neto, Toti Colaço, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Nilton Barbosa.

Esta Presidência informa que estará colocando em votação apenas o Substitutivo Geral.

Em votação o Substitutivo Geral do Plenário, com Pareceres Favoráveis da C.C.J. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

O Projeto irá à 3.<sup>a</sup> Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. Prejudicado.

O Deputado Ernani Pudell solicita Verificação de Votação.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao requerimento queiram levantar-se.

Doze Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados contrários à votação em bloco, queiram levantar-se. Nenhum é contrário.

**Não há quórum para deliberação, nem para prosseguimento da Sessão.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 045/93, 050/93 e 059/93.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/93.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 492, 548, 556, 574, e 596/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 270, 351, 478, 529, 503, 504, 505, 557, 583, 584, 585, 586, 587, 613, 616, 617 e 618/93, e do Projeto de Resolução nº 021/93.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/93.

Levanta-se a sessão.